

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

Fabiana Castor Santos¹

Marizete Lucini²

RESUMO: Este texto apresenta resultados de pesquisa que objetivou analisar o significado da temática representações sociais, papéis de gênero e diversidade sexual para os/as professores/as de uma escola pública de Sergipe, na cidade de São Cristóvão/SE. Na realização da pesquisa, referenciamos-nos nos pressupostos da pesquisa qualitativa em Educação do tipo Estudo de Caso, privilegiando os significados atribuídos ao tema pelos/as professores/as nas entrevistas realizadas. Pela discussão, evidenciamos a necessidade de investimentos na formação inicial e continuada de professores/as, visando à desconstrução de estereótipos e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Repensar a formação de professores/as é uma das condições para a promoção de uma escola que contribua para a eliminação do preconceito e da discriminação.

Palavras-Chave: Formação Docente, Identidade de Gênero, Diversidade Sexual.

SOCIAL REPRESENTATIONS, GENDER IDENTITY AND SEXUAL DIVERSITY IN TEACHER TRAINING

ABSTRACT: This paper presents research results that aimed to analyze the meaning of the theme social representations of gender roles and sexual diversity to the teacher as a public association. The research was conducted, in São Cristóvão, State of Sergipe. In conducting the research, we reference the assumptions of qualitative research in type Case Study Education, privileging the meanings attributed to the subject by the teacher as in the interviews. We present reflections on social representations of gender roles and diversity and the meanings attributed to the subject by the teachers surveyed. Also, we highlight the need for investment in initial and continuing training of teachers to deconstruct stereotypes. For that a view of a more just and egalitarian society be building. Rethinking teacher education is one of the conditions for the promotion of a school to contribute to the elimination of prejudice and discrimination.

Keywords: Teacher Training, Gender Identity, Sexual Diversity.

Introdução

Ao nos propormos a refletir sobre a importância da presença da temática representações sociais, papéis de gênero e diversidade sexual nos cursos de formação de professores/as, partimos da observação de que a formação docente, nos dias atuais, engloba variadas discussões sobre temáticas relevantes, como racismo, bullying, educação inclusiva, evasão escolar, entre outras. Porém, no campo do gênero e diversidade sexual, percebemos que, nas Universidades, as discussões nos cursos de formação inicial de professores/as são ainda bastante tímidas e, algumas vezes, nem existem. Para Souza e Rocha (2012),

A formação docente está definida de forma clara ou não em diferentes mecanismos de construção das identidades “professores”. Podemos encontrar essa resposta nos currículos de formação, na história da educação e constituição dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, mas também poderíamos ter acesso às diferentes identidades que compõem o leque de opções “do ser professor” nos meios de comunicação e nas imagens que constroem nossos cotidianos. (SOUZA, ROCHA, 2012, p.39)

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. fabianacastor@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Sergipe, Professora no Departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. malucini@hotmail.com

A discussão em torno da temática se apresenta como uma importante ferramenta para envolver a todos os/as educadores/as, no sentido de promover mudanças consistentes nos currículos dos cursos de formação, acrescentando espaços/tempos curriculares, com o objetivo de fomentar o respeito pela diversidade. Souza e Rocha acrescentam que os docentes em geral “[...] têm uma grande responsabilidade na formação do indivíduo, sendo assim eles e elas devem ter consciência de suas atitudes e seus pensamentos referentes à homossexualidade e à homofobia.” (2012, p. 115).

Os estudos envolvendo as questões de gênero e sexualidade podem ser iniciados nos cursos de formação inicial e prolongados na formação continuada, pois o acesso ao conhecimento sobre o tema é condição para a desconstrução de estereótipos com os quais muitos de nós, docentes, deparamo-nos ao longo de nossas trajetórias profissionais e pessoais. Para tanto, conhecer a historicidade da temática pode contribuir para compreender os percursos de um campo conceitual que tem se evidenciado como um campo de batalhas em muitas instâncias, como podemos observar nas discussões relativas aos Planos Municipais de Educação. Planos que, em muitas cidades, tiveram o termo gênero retirado de seus textos, numa clara demonstração de desconhecimento sobre os seus usos e significados, tanto no âmbito histórico como no social e político.

Além dessa introdução e das considerações finais, organizamos o artigo em quatro seções, das quais destinamos a primeira, para situar a temática papéis de gênero e diversidade sexual na sua historicidade constitutiva; a segunda, para apresentar os conceitos integrantes da discussão; a terceira para apresentação da pesquisa de campo com os/as professores/as; e a quarta, para apontar elementos à reflexão sobre o papel da escola e formação de professores na desconstrução de preconceitos.

Situando Representações Sociais, Papéis de Gênero e Diversidade Sexual na História

Ao refletirmos sobre representações sociais, papéis de gênero e diversidade sexual na História, ocorre-nos que é importante conhecer como o termo gênero adquire um significado que o identifica à luta por direitos humanos, por igualdade e respeito, no que se refere às relações sociais entre as diferenças de sexo.

O termo emerge na diferenciação em relação ao sexo, a partir de Margareth Mead e Robert Stoller que, em diferentes trabalhos, procedem pela diferenciação entre os termos. A categoria gênero passa a compor os debates dos movimentos feministas na chamada “segunda onda”, “como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres” (PEDRO, 2005, p.

79), embora, no início desta segunda onda, a categoria fosse o termo mulher, em oposição à palavra homem, questionado em sua pretensa universalidade como representante da espécie humana.

Portanto, o termo gênero nasce no interior dos debates dos movimentos feministas e, num primeiro momento, contempla as relações sociais que se estabelecem em relação às diferenças de sexo. No desenvolvimento de discussões relativas ao que é compreendido por esse termo, outras lutas se somaram, e seu significado está para além de uma concepção biológica e cultural. Estão implicadas nesta categoria de análise as relações de poder, a discriminação, o preconceito, a invisibilidade feminina, o transexual, o homossexual.

Na atualidade, as questões que envolvem as representações sociais sobre gênero e diversidade sexual têm sido muito discutidas, principalmente na mídia, e, constantemente, são apresentadas situações de violência sofrida por mulheres e homossexuais. No âmbito da educação, mais especificamente na formação de professores/as, inicial e continuada, parece-nos que a temática necessita ser mais explorada.

O questionamento em relação às concepções sobre o masculino e o feminino é necessário, sobretudo, porque ainda prevalecem práticas de silenciamento que se estabelecem através das relações de poder. Relações e práticas que se interpõem no cotidiano vivido por meio de instâncias sociais que,

[...] através de distintos processos, detêm legitimidade social para proclamarem a “verdade” sobre os sujeitos, para demarcarem o certo e o errado, o normal e o patológico, para decidir quem é decente ou indecente, legal ou ilegal. Discursos científicos, médicos, morais e religiosos, educacionais e jurídicos produzem esses limites e estabelecem quem está no centro e quem ocupará as margens. (LOURO, 2000, p.38).

Essas formas de exclusão estão presentes nas instituições de ensino, muitas vezes de maneira inconsciente, por conta do processo histórico e cultural vividos socialmente. Nesse sentido, a sociedade foi organizada de forma que privilegiasse uns e excluísse outros. De um lado, a igrejas, escolas e governos defendiam uma sociedade branca, heterossexual, patriarcal. A escola, durante muito tempo reproduziu, e ainda reproduz, essa lógica branca e masculina, por meio de conteúdos e de suportes didáticos como o modelo ideal de sociedade. Sociedade organizada sob a lógica binária que funda a Modernidade que, segundo Veiga-Neto, “caracteriza-se, em suma, como um tempo marcado pela vontade de ordem, pela busca da ordem” (2001, p. 112). É nessa vontade de ordem e nas operações para o ordenamento da sociedade que são constituídas oposições binárias como normal e anormal, heterossexual e homossexual, razão e loucura, selvagem e civilizado, entre outras. Para Duschatzky e Skliar

(2001, p. 123), “Essas lógicas binárias sugerem sempre o privilégio do primeiro termo, e o outro, secundário nessa dependência hierárquica, não existe fora do primeiro, mas dentro dele, como imagem velada, como sua inversão negativa”.

E na inversão negativa, o outro, o diferente é a fonte de todo o mal. Na concepção do outro, do diferente como aquele em que está a culpa, evidencia-se a necessidade de sua negação, de sua exclusão e eliminação, como forma de manter a vontade de ordem. A lógica da exclusão fica mais evidente quando olhamos para o tecido social e observamos como os dados evidenciam a hierarquização produzida dentro da lógica binária, presente também em relação aos grupos sociais. Como indica Santos, a partir de dados do IPEA³,

[...] a pirâmide social brasileira é formada por homens brancos no seu topo, seguido por mulheres brancas e depois por homens negros e na base da desigualdade se encontram as mulheres negras, mesmo que essas tenham formação semelhante aos demais. (SANTOS, 2012, p. 165).

Portanto, a hierarquização que segue a lógica binária também se dá em relação à classe, em que o primeiro termo é o homem branco economicamente privilegiado. Os outros, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, com maior ou menor culpabilidade atribuída no processo de ordenação da sociedade, situam-se em relação a esse primeiro termo como o diferente em oposições que se inter cruzam. Observe-se que no topo da pirâmide estão os homens brancos e ricos e, em sua base, as mulheres negras e pobres.

Esse ordenamento da sociedade moderna perpassa a escola que, ao tempo que reproduz a lógica binária, também a produz, através de mecanismos como currículo, avaliação, seriação, classificação. Paradoxalmente, essa escola que normatiza e naturaliza a hierarquização binária, foi reivindicada por diferentes grupos sociais, cujo direito, ao longo dos tempos, havia sido negado, tendo que se reinventar, pois novos sujeitos trouxeram consigo particularidades que fugiam à normatividade.

Concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/ às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir” e também produzir as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 57).

Os desafios contemporâneos questionam a normatividade binária e nos levam a pensar em gênero e em como os conflitos existentes se perpetuam no currículo escolar e no currículo de formação de professores, porque, através dessa discussão é possível questionar os modelos e

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

papéis atribuídos historicamente tanto para o homem, quanto para a mulher. A escola e a universidade têm papel fundamental nessa construção, pois, através da formação possibilitada também se promovem formas de reproduzir preconceitos e discriminações.

É preocupante que isso aconteça ainda nos dias de hoje, principalmente no âmbito da universidade e da escola. Apesar de, inicialmente, a escola ter sido concebida para reforçar a exclusão, deve-se levar em consideração o novo momento de redemocratização pelo qual passa a sociedade. Como indica Silva,

A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. [...] E o problema é que esse “outro”, numa sociedade em que a identidade torna-se cada vez mais, difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente. (SILVA, 2000, p. 97).

Compreender que, nos dias atuais, a educação pede mudanças é um dos primeiros passos para começar a reorganização dos cursos de formação em que a estrutura curricular não contempla as novas demandas exigidas pela sociedade contemporânea. Aos cursos de formação permanece o desafio de levar em conta que o/a professor/a que atuará na sala de aula no dia a dia irá encontrar uma diversidade de gênero e sexual que necessitará ser problematizada. Tratar essas questões como tabu não resolverá o problema, por isso que o/a professor/a, juntamente com toda a escola, tem papel fundamental em discutir e orientar sobre as representações que envolvem as questões de gênero e diversidade sexual.

Conceituando Gênero e Representações Sociais

Comumente, a temática gênero é problematizada através de uma representação do senso comum, a partir de ideias formadas por uma construção binária, preconceituosa, sem espaço para o diverso, elegendo como correto um padrão que foi ao longo dos séculos construído pela sociedade como o normal e foi se naturalizando até os dias atuais. No âmbito educacional, os debates sobre gênero e suas representações surgem como ações necessárias para combater possíveis estereótipos estabelecidos pela norma. O diálogo em torno de como a diversidade é construída em termos de etnia, sexualidade, religião e cultura favorece uma rica abordagem sobre temas transversais no currículo escolar.

Escrever ou ler sobre a temática gênero implica necessariamente ocupar uma posição crítica em relação às verdades estabelecidas e aprendidas por nós como se fossem únicas, imutáveis e inquestionáveis. Você já parou para pensar quantas vezes mudamos de ideia, quantos conceitos diferentes podemos construir acerca de um mesmo objeto, quantos conceitos não conseguimos definir devido à complexidade do fenômeno que se apresenta num determinado momento? (TEIXEIRA, 2010, p.12)

Falar do conceito de gênero é importante, porque existe ainda muita confusão em torno do que é sexo e do que é gênero. A esse respeito, Louro (2000) deixa claro que gênero é “[...] uma construção social feita sobre diferenças sexuais” (2000, p.26). O conceito de sexo está muito mais ligado ao biológico, marcado pelas diferenças físicas, biológicas, entre homens e mulheres. A sexualidade se refere às várias formas como os sujeitos exploram e vivem seus prazeres e desejos, envolve linguagens, códigos e símbolos. A sexualidade, assim como o gênero é, também, construída socialmente.

Identidade de gênero é como a pessoa se constrói, como se reconhece e se apresenta para a sociedade, se masculina ou feminina; é construída, diferentemente do conceito de sexo, que é dado biologicamente através do órgão genital.

Gênero refere-se, portanto, ao modo como as chamadas “diferenças sexuais” são representadas ou valorizadas, refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto. (LOURO, 2000, p.26).

Na mesma perspectiva, Scott (1995, p. 86) afirma que gênero é “(1) [...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” A concepção de gênero remete a várias formas de se fazer homem e mulher.

As representações sociais são formadas por meio de conceitos que circulam em grupos sociais com opiniões diversas, que se transformam em senso comum no dia a dia dos indivíduos, portanto, a comunidade escolar vivencia a necessidade de se preparar para incluir no seu cotidiano, por meio do Projeto Político Pedagógico, os temas relacionados à diversidade sexual e gênero, embora o começo deva ser na formação inicial do corpo docente, estendendo-se até a formação continuada.

O conceito de Representações Sociais designa uma forma de conhecimento particular, “o saber do senso comum”. [...] De um lado, ele aparece como um corpus de conhecimento, nascido de tradições partilhadas e alimentadas pela experiência e de outro lado, este corpus é atravessado pelas imagens mentais e por fragmentos das teorias científicas, transformadas para servir à vida cotidiana. (ANADON, 2001, p.13).

Os alunos e alunas, quando chegam à escola, muitas vezes, já possuem conceitos formados ou até deformados pela sociedade, a respeito das questões envolvendo os temas aqui discutidos. Ao se tratar dos conceitos e representações sobre identidade de gênero e sexualidade, as pessoas, geralmente não sabem como discutir.

Em nossa formação, as temáticas de representações sociais, gênero e diversidade sexual foram pouco abordadas e, diante da sua importância, propusemo-nos a investigar os significados atribuídos ao tema, por professores e professoras de uma escola pública municipal de Sergipe, intencionando analisar como os/as docentes trabalham com essa temática. Na sequência, apresentamos alguns dos dados da pesquisa que evidenciam a necessidade de maiores investimentos na formação inicial e continuada de professores/as.

Representações dos Professores e Professoras sobre a Temática Gênero e Diversidade Sexual

A Escola em que realizamos a pesquisa situa-se no município de São Cristóvão, SE, foi criada no ano de 1995. Pertence à rede pública municipal e é mantida pela Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Governo Federal, através do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE⁴. A escola é aberta à comunidade, de segunda à sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino. São ofertados os níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com duas classes no Infantil e seis no Fundamental. Ao todo, atende a uma população de 228 (duzentos e vinte e oito) alunos matriculados no Ensino Fundamental, e 217 (duzentos e dezessete) com frequência efetiva. A escola é dirigida por duas gestoras, que integram o corpo diretivo da instituição, composto por uma diretora e uma coordenadora que atuam em conjunto na organização e funcionamento da escola. Conta, ainda, com um número de dez professores/as, incluindo os/as professores/as da sala de recursos. Todos/as são efetivos, e apenas quatro são formados/as em Pedagogia, com especialização na área educacional. Os/as demais são formados/as em outros cursos, como, por exemplo, Letras-Português. Os/as professores/as e as gestoras moram na cidade vizinha de Aracaju/ SE. Os/as estudantes e funcionários são oriundos do bairro em que se situa a escola. Muitos utilizam ônibus para chegar até a escola.

No dia a dia da escola, pudemos observar vários conflitos que envolviam a sexualidade. Com isso, atentamos para a importância de estudar as representações que os professores da escola possuem sobre gênero e sexualidade. Para conhecer o que os/as docentes dessa escola

⁴ Além do PDDE, a escola é contemplada com alguns projetos do MEC, como: Programa Desenvolvimento Educacional - PDE, Mais Educação, Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e Programa de Iniciação Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.

pensavam sobre gênero, realizamos uma entrevista com seis professores/as que fazem parte do quadro de funcionários da escola. No quadro 1, seguinte, é traçado um perfil desses profissionais.

Quadro 1 - Perfil Profissional dos Professores Sujeitos da Pesquisa

Professores(a) da Escola Contexto da Pesquisa	Formação Acadêmica dos sujeitos	Tempo de Atuação no Magistério	Tempo de Atuação na Instituição da Pesquisa
Professora “1”	Magistério	27 anos	1 ano e 3 meses
Professora “2”	Pedagogia	20 anos	3 anos
Professor “3”	Educação Física	20 anos	6 anos
Professora “4”	Pedagogia	9 anos	2 anos
Professora “5”	Letras/Português	11 anos	10 anos
Professora “6”	Pedagogia	12 anos	12 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2015. Elaboração das autoras.

Ao traçar o perfil dos/as profissionais, percebemos que todos/as possuem uma vivência escolar de, no mínimo nove anos, o que denota tratar-se de professores/as com grande experiência na profissão. Como demonstra a pesquisa em Educação, a experiência contribui com a docência, é instância em que os/as profissionais também produzem conhecimento, mas, certamente, não é possível ensinar e aprender a ensinar somente através da experiência, pois uma base teórica sólida, conjugada ao domínio de conhecimentos acumulados historicamente são elementos constituintes e indispensáveis ao trabalho educativo.

[...] O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2013, p. 13).

Ao realizarmos as entrevistas, foi possível perceber que há um bom relacionamento entre os/as docentes. Eles/as conversam entre si, demonstram respeito e solidariedade, fator importante no ambiente de trabalho. O ponto mais negativo que revelaram foi a insatisfação em relação à crise salarial, para a qual, segundo eles, não há uma solução, e isso afeta diretamente no rendimento educacional como um todo. Eles/as defendem um sistema educacional de qualidade, algo que afirmam estar escasso ou quase não existe nos dias atuais.

A primeira pergunta realizada foi com a professora “1” sobre o que ela entende por gênero e sexualidade. Para ela, gênero “é a classificação em masculino e feminino”, já a

sexualidade diz respeito a “saber lidar com a própria sexualidade”. Os/as demais professores/as pensam da mesma forma a respeito de gênero, entretanto, o professor “3” atribuiu a genitalidade como algo integrante do gênero. Ainda sobre a sexualidade, a professora “2” considera ser a “opção sexual” de cada indivíduo. A professora “4” afirma que “estas expressões estão ligadas às diferenças de papéis relacionados aos homens e mulheres”. A professora “5” deixa claro que: “gênero diz respeito ao masculino e feminino”. Em relação à sexualidade, ela enfatiza que “está presente quando nascemos até a morte. Ela faz parte dos nossos movimentos, pensamentos, sentimentos, da nossa saúde física e mental”. A professora “6”, por sua vez, acredita que gênero “refere-se ao dado social, ou seja, normas sociais baseadas exclusivamente em padrões de construção corporal que configuram identificação como masculino ou feminino. Em relação à sexualidade, ela acredita ser “o conjunto dos fenômenos sexuais”.

Através dessas primeiras perguntas realizadas com as(os) professoras(es), podemos constatar algumas representações do senso comum sobre o que é gênero e sexualidade. Gênero é a construção social do que é ser homem e do que é ser mulher, como afirma Louro (2000, p. 26). Para a autora, “[...] Gênero refere-se, portanto, ao modo como as chamadas ‘diferenças sexuais’ são representadas ou valorizadas, refere-se àquilo que se diz ou se pensa sobre tais diferenças, no âmbito de uma dada sociedade, num determinado contexto”.

Nas representações dos/as professores/as é explicitada a atribuição ao masculino e feminino como a única forma de identidade permitida na vida social. Quando o assunto é a sexualidade, as representações são ligeiramente apresentadas como o conceito de opção sexual, contudo, Louro (2007) nos diz que “[...] a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política; [...]”. A esse respeito, portanto, devemos compreender que, à medida que a sociedade vai se transformando, os sujeitos vão se modificando e constroem e aprendem muitos modos de ser. O sexo biológico é definido pelas características corpóreas. Todo mundo nasce com um sexo feminino ou masculino, mas o gênero é uma construção social, histórica e cultural de papéis atribuídos ao homem e à mulher, como, por exemplo: jogar bola é atribuído ao homem, brincar de boneca e cuidar da casa é tarefa da mulher. Dentro dessa categoria de gênero, ainda existe a identidade de gênero, que é o sentimento de pertencimento ao sexo feminino ou masculino. Não é porque uma pessoa nasceu com o sexo biológico feminino que se identifica com ele, ela pode se identificar com outro gênero ao qual queira pertencer.

A respeito dos problemas que surgem em relação às questões de gênero e sexualidade na escola, alguns/mas docentes os representaram como associados a não saber como lidar com o assunto em sala de aula, entretanto, há professor /a que considera não haver problema algum até o momento, como mostram seus depoimentos:

Preconceito de adolescência (Professora 1).

Até agora nenhum. Embora tenha muitos, a maioria das famílias preza por princípios divinos em relação ao homem e mulher. (Professora 2).

Questões de preconceito. “Coisas de menino e de menina” (Professor 3).

Não saber como tratar essas questões, pois, quando me vejo diante de situações conflituosas, tento amenizar sem muito aprofundamento. (Professora 4).

Surgem problemas quando a menina tem atitudes masculinas, e o menino se comporta de forma afeminada. Em virtude de tais comportamentos, há alunos que os intimidam ou mesmo praticam bullying e não aceitam os comportamentos diferentes. (Professora 5).

Sempre surge algum aluno que gosta de apelidar seus colegas, mas, quando eu percebo que estão partindo para agressividade, eu sempre interfiro e tento resolver através da conversa. (Professora 6) .

Sobre a importância de trabalhar com a temática diversidade sexual no cotidiano dos/as alunos/as, ficou evidente uma diversidade de opiniões. Alguns/mas dizem que é importante tratar estas questões, e outros/as não compreendem essa tarefa como sendo da escola. As respostas à questão foram:

Respeito às diferenças (Professora 1).

Não acho correto naturalizar ou tentar fazer com que a criança veja dessa forma, temos, sim, que falar em “respeito”, mas não em normalidade. (Professora 2)

A diversidade existe, é reconhecida, devemos trabalhar esta temática porque é importante respeitar as diferenças. (Professor 3)

É importante no combate ao preconceito, tanto no que diz respeito às atividades que são tidas como próprias para cada sexo, mostrando o lado implícito que está por trás destas atividades. (Professora 4)

A temática deve ser relevante no sentido de tratar as questões culturais, sociais, históricas, genética, entre outras, não só sobre o sexo. (Professora 5)

Proporcionar a toda comunidade escolar o acesso a informações e interpretações críticas acerca dos assuntos e situações para a compreensão da realidade a qual estamos inseridos. (Professora 6)

Na opinião dos/as professores/as, as principais dificuldades enfrentadas para o trabalho docente com relação à temática gênero e sexualidade, nas séries iniciais, são o preconceito, a família, além do despreparo da escola e falta de conhecimento sobre o assunto:

A família coloca muitos empecilhos que dificultam o trabalho voltado para a temática, e o despreparo por parte da escola, esse assunto ainda é muito recente, fica complicado e complexo. (Professora 1).

Nas séries iniciais, fica complicado porque a visão de mundo deles é reduzida, não podemos incentivar, nem dizer que é normal porque, até então, eles enxergam ao seu redor “menino” e “menina”. (Professora 2)

O preconceito apreendido na vida social. (Professor 3)

As principais dificuldades estão relacionadas a toda a sociedade ser preconceituosa, principalmente, os pais, e até mesmo os próprios colegas professores são os primeiros a desconhecerem a importância de problematizar estas questões. (Professora 4)

As dificuldades são: como o aluno vai refletir, e qual a aceitação dos pais, e se o

professor está preparado para essa abordagem. “5”
A forma conjuntural familiar e social. (Professora 6)

Em relação às brincadeiras, segundo os/as docentes, as crianças têm as mesmas brincadeiras, algumas vezes brincam separadas, varia muito. Durante as observações realizadas nos momentos de intervalo, foi possível notar que as brincadeiras unem meninos e meninas. Por alguns momentos, foi notória a presença de agressividade por parte dos meninos, que utilizam a força para marcar espaço diante das meninas:

Varia muito. Até porque chega em certa série/idade que eles se identificam mais com um grupo social do mesmo gênero (Professora 1).

Brincam juntos, separado, a depender do interesse e da atividade (Professora 2).
Todos brincam juntos, porém, quando as atividades são violentas, as meninas não se sentem à vontade para participar da brincadeira. Normalmente as crianças brincam juntas, embora, em algumas brincadeiras, pela atribuição masculina, como futebol, somente os meninos participam, deixando as meninas de lado. (Professor 3)

Todos brincam juntos. (Professora 4)

Nota-se que grupos adotam os dois procedimentos. (Professora 5)

Brincam juntos e separados. (Professora 6)

Ao serem questionados/as sobre a possibilidade de já terem observado se as crianças manifestam a homossexualidade, e se tivessem alunos assim, como eles/as agiriam, muitos/as afirmaram que não tratariam com preconceito, nem indiferença e, sim, tentariam respeitá-los por serem diferentes:

Não trataria com discriminação só porque o aluno é gay, eu vou levar em conta o aprendizado e a diversidade que deve ser respeitada. (Professora 1)

Até agora não vi nenhuma característica homossexual nos alunos, mas se visse tentaria não dar muita importância, ia respeitar, mas não trataria com normalidade. (Professora 2)

As mesmas atitudes que tenho com os heteros teria com os homossexuais, porque considero que a opção sexual não muda o caráter de ninguém. (Professor 3)

Nunca observei algum comportamento homossexual nos alunos, mas, se algum dia eu vir a ter alunos assim, estes serão tratados da mesma forma que os outros alunos, com respeito. (Professora 4)

Alguns são homossexuais, se comportam de maneira homossexual, tento tratar de forma igual todos os alunos, porém não sei como intervir durante uma situação de conflito durante os preconceitos. Acho que a família é quem deve conversar com mais profundidade sobre o assunto. (Professora 5)

Notamos, em determinadas instâncias comportamentos de desvios de padrões, porém, uma orientação é algo de muita peculiaridade. (Professora 6)

Recentemente houve uma discussão na câmara federal dos deputados sobre o tema gênero. Naquela oportunidade eles debatiam sobre as questões relacionadas a gênero e sexualidade, contestavam os currículos que abordam essa temática, afirmando que os/as

professores/as não podem tratar essas questões com os alunos, pois, segundo eles, é dever da família orientar e educar seus/suas filhos/as da maneira que acha correto. Para os/as deputados/as, quando os/as professores/as abordam essa discussão na escola, estão pervertendo e desviando a conduta heterossexual dos/as alunos/as. Essa situação foi colocada para os/as docentes entrevistados/as, perguntando como eles/as se posicionam a respeito desta postura que os parlamentares defendem:

Essa postura está equivocada, porque a escola é lugar de discutir todas as questões que envolvem a sociedade, principalmente quando o assunto é a diversidade. (Professora 1)

Normal. Afinal de contas, o estímulo a fins homossexuais está visível por toda parte, na mídia e nos meios televisivos bem como nas ruas pela falta de respeito às famílias. Da mesma forma que os homossexuais merecem respeito em relação a certos comportamentos ao público. (Professora 2)

Quero deixar claro que não sou homofóbica, mas a sexualidade está sendo banalizada, tenho muitos amigos heteros e homossexuais também, respeito a opção sexual de todos e exigo respeito também, pois a busca pelo prazer tem levado muitos a entrar por esse caminho, talvez até mesmo sem terem experimentado uma relação natural entre homem e mulher. Não podemos incentivar nossas crianças e sim devemos falar de um Deus que criou o homem para a mulher e vice e versa, mas a busca pelo prazer, infelizmente, leva o ser humano rebelde a seguir e trilhar em caminhos de desobediência. (Professor 3)

Não concordo com esta postura. Acredito que o trabalho com esta temática na escola não tem como objetivo perverter ou desviar condutas heterossexuais, mas incentivar o respeito ao próximo. (Professora 4)

Acho que o assunto deve ser tratado com relevância em casa, por ser de interesse de pais e filhos, considero ser educação doméstica. (Professora 5)

Haverá a necessidade de uma ampla discussão social dos fatores que configuram o conhecimento e a vivência da sexualidade, para que consequentemente possamos trazer o tema para o interior das instituições de ensino, isso porque as regras que regem a sociedade poderão ocasionar desconforto aos docentes por agir através de suas convicções. (professora 6)

Observa-se, nas respostas, que a professora “2” é a que mais fica preocupada com a ideia da naturalização sobre a exploração da temática em sala de aula. Para ela, pode-se até falar em respeito, mas não se deve aceitar que ser homossexual seja normal. Ainda em relação à mesma docente, trabalhar com a temática nas séries iniciais é incentivar a homossexualidade, confundindo a cabeça das crianças, e indo de encontro ao que é normal, ou seja a heterossexualidade.

Sobre as experiências com alunos/as homossexuais, os/as professores/as “1”, “3”, “4” afirmaram que tratariam todos da mesma forma, sem distinção, levando em consideração, principalmente, a diversidade, respeito e solidariedade. Já a professora “2” afirmou que não teve nenhuma experiência, mas que, se porventura tivesse, não daria a mínima importância, trataria com normalidade. Isso é preocupante porque conforme Louro (1997, p.137/138) “[...] se a

normalização tem como referência a heterossexualidade e coloca a homossexualidade e o sujeito homossexual como desviantes, precisamos nos perguntar de que modo isso se “faz” nas escolas”.

A professora “5” diz tratar todos de forma igual, porém atribuiu o papel de falar sobre gênero e sexualidade com mais profundidade à família. A professora “6” revelou que já tinha observado alguns desvios de padrões e que não tenta intervir, pois considera esses desvios algo peculiar. Percebemos que, em outros momentos da entrevista, essa mesma professora aponta para a importância de interpretações críticas acerca da problemática, contudo, o seu discurso não se sustenta a partir do momento que julga ser desvio de padrão o comportamento homossexual, revelando, assim, um preconceito construído e diante do qual quem é homossexual foge à regra.

No que diz respeito ao posicionamento dos/das deputados/as, somente a professora “1” e “4” mantiveram sua postura desde o início, afirmando que os/as deputados/as se mostraram equivocados, pois a discussão da temática no currículo da escola é de extrema relevância para se construir um mundo mais justo, igualitário, solidário e humano.

Os/as professores/as “2”, “3”, “5”, “6” mostraram algumas divergências sobre algumas respostas dadas no início da entrevista, ao defender o posicionamento dos/as deputados/as. Elas alegaram que essas questões não devem ser tratadas na escola, porque incentiva, desrespeita e gera desconforto, defendendo ser educação doméstica, então, para elas/es, quem deve discutir a temática de gênero é a família, assim como para os/as deputados/as.

Observamos a contradição das respostas dos/as docentes em relação às representações sobre gênero e sexualidade, pois, ao mesmo tempo que consideram de suma importância a inclusão da temática no currículo, se deparam com os valores construídos socialmente e simbolicamente.

Compreende-se que as representações não são passivas, meros registros de significados percebidos, elas fazem parte da constituição das identidades dos sujeitos e dos grupos sociais; deste modo, a identidade é ativamente construída por meio, e a partir, das representações. Essas representações têm seus significados produzidos na história e na cultura, ou seja, nas práticas cotidianas constituintes do dia a dia dos sujeitos. Nesse contexto, o aprendizado da violência contribui fortemente para a inscrição de práticas intolerantes e de desrespeito às diferenças [...]. (COUTO, 2012, p.117).

Ao analisarmos as respostas fornecidas, ocorre-nos que é necessário repensar o que seja o normal e nos perguntarmos como esse normal se impõe e permanece como horizonte norteador de práticas educativas na escola, pois, ao considerarmos que a heteronormatividade continua sendo a referência para pensar gênero, consideramos que tratar as questões discriminatórias relacionadas a gênero e diversidade sexual é um dos primeiros passos para desconstruir as representações ordinárias que os/as educandos/as e educadores/as trazem consigo para a sala de

aula.

Relações de Gênero e Diversidade Sexual (Des)Construindo Estereótipos

Entendemos que a principal ação do trabalho educativo é tratar dos conteúdos historicamente produzidos pela sociedade. Por isso, problematizar as questões de gênero, sexualidade e educação é fundamental, para romper com o pensamento preconceituoso que foi construído ao longo dos séculos. Contudo, é necessário que essas temáticas também sejam abordadas na formação inicial e continuada de professores/as, como uma condição para que tais temas sejam considerados pertinentes ao fazer docente e compreendidos em sua complexidade.

Existem variadas formas de ser homem e ser mulher. Perceber e compreender essa lógica são relações essenciais para não cometer equívocos historicamente construídos pela sociedade de que tudo é natural e fixo. Assim, a escola deve estar atenta para não excluir o diferente, como muitas vezes o fez, e ainda continua fazendo, já que muitas instituições são marcadas justamente pela exclusão daqueles/as que não obedecem às regras da normalidade imposta pela sociedade tradicional, e que a escola reproduz sem nenhuma reflexão crítica acerca da nova realidade social. Atualmente, a sociedade vem se transformando, e temas como esse devem ser debatidos, ser objeto de reflexão, mostrados nas escolas e meios de comunicação para que todos/as compreendam a necessidade e importância de respeitar o outro como ele é, independentemente de cor, raça, sexo, crença religiosa etc.

Essa discussão está cada vez mais presente na sociedade. Do ponto de vista da identidade de gênero, a escola pode mostrar que as identidades se transformam, não são fixas, além de dar instrumentos para que os/as educandos/as construam e reconstruam as suas identidades.

Muitos/as alunos/as LGBTQI+ têm acesso à escola, mas muitos/as deles/as não têm condições de permanecer na escola, por diversos motivos. Entre outros, frequentemente, professores e professoras que não sabem como lidar com o assunto cometem equívocos expondo os/as educandos/as a situações constrangedoras, reforçando processos de exclusão sofridos em outros espaços sociais. Os currículos os/as tratam como não sujeitos, a escola passa a ser o não lugar para essas pessoas, isso faz com que eles/elas pensem ser anormais, pervertidos, desviantes.

Para Libâneo,

O professorado, diante das novas realidades e da complexidade de saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional, precisaria de formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e

O caminho a ser seguido parece-nos ser o de desconstruir os preconceitos que foram construídos ao longo da história. A escola necessita repensar a forma como tem trabalhado os conteúdos historicamente produzidos pela humanidade, fazendo uma reflexão crítica acerca das temáticas relevantes, como gênero e diversidade sexual, o que é um primeiro passo para compreender a importância dessa abordagem em seu interior, pois ela participa ativamente na construção da identidade de seus/suas alunos/as. Para tanto, os/as professores/as precisam de uma formação que possa dar conta de saber abordar as singularidades que os/as alunos/as trazem consigo para a sala de aula.

[...] O problema não se esgota no modo como aprendemos a negar o corpo nos livros didáticos. Se nos dispusermos a sair de nossas zonas de conforto no tratamento de questões de gênero e sexualidade, vamos deparar com alguns véus utilizados para esconder e dissimular o caráter social, histórico, político e cultural do binarismo, da polaridade, da exclusividade (exclusão) que distinguem nossa compreensão dos gêneros. (TEIXEIRA, 2010, p.53)

É necessário falar sobre essas questões, já que estamos vivenciando uma articulação nacional, em que há claramente uma oposição contra o tema de orientação sexual nas escolas. Mas não somente por isso; as pesquisas no âmbito educacional mostram que é importante o debate para que se possibilite uma maior reflexão e conhecimento acerca da problemática, gerando, muitas vezes, mudanças de pensamento e de postura, sobretudo para aqueles/aquelas que possuem um pensamento construído e enraizado historicamente do que deve ser aceito como normal. Nesse sentido, os questionamentos de Teixeira são pertinentes e podem nos auxiliar a repensar nossas práticas sociais e pedagógicas. Para a autora:

Lutar contra os preconceitos de alunas e alunos torna-se difícil se a/o professora/or tem atitudes discriminatórias. Como criará condições para que as crianças e adolescentes conheçam a si mesmas - suas ideias, sentimentos, corpos e sensações – se ela/ e própria/ o não se conhece? Como estimular a igualdade, democracia e o respeito entre os alunos e as alunas se esses valores ainda não são privilegiados pelo corpo docente? (TEIXEIRA, 2010, p.54)

Para proporcionarmos uma educação cidadã, há que se pensá-la livre e plural. Por isso, os objetivos devem ser traçados visando sempre ao respeito às diferenças, porque ninguém é igual, a diversidade de gênero e sexual existe, e precisamos saber lidar com isso. A escola é um espaço político importante do exercício de liberdade, e as universidades têm o compromisso político de ofertar e possibilitar a formação docente para que a sociedade possa pensar as questões de gênero e de orientação sexual como uma questão de direito, liberdade, identidade. Os/as educadores/as, como parte da sociedade, precisam pensar a educação como uma prática política e, sobretudo,

como formação para a cidadania.

O gênero e a sexualidade, muito antes de consistir numa determinação estável, segura, ou supostamente natural, são fluidas, e essas posições não são tão seguras, além de serem convenções sociais violentas, arbitrárias, que tentam trazer ou construir uma certa inteligibilidade entre os corpos.

Estudar gênero e seus conceitos requer, primeiramente, que seja desconstruído todo e qualquer tipo de preconceito, que muitas vezes são aprendidos desde a infância. A escola é um espaço social que forma cidadãos/ãs, por isso o seu papel consiste também em conscientizar a todos que a cercam para a importância de pensar criticamente sobre assuntos sociais relevantes.

Considerações Finais

Nas discussões que permeiam o campo da educação, a temática do acolhimento da diversidade tem despontado como urgente e necessária. A pesquisa realizada nos possibilitou conhecer melhor a história sobre as questões que envolvem o gênero e a sexualidade na escola. De forma particular, o objeto de estudo nos trouxe uma clareza importante e necessária para construir uma reflexão sobre a problemática aqui explorada.

Os resultados aqui apresentados foram identificados através das entrevistas realizadas com os/as docentes, possibilitando-nos analisar a representação dos/as professores/as sobre gênero e sexualidade. Neste sentido, observamos que a maioria dos/as sujeitos da pesquisa apresentou representações construídas socialmente, definindo, assim, que a escola não é o lugar mais seguro para tratar sobre a temática. Alguns/mas evidenciaram despreparo, e outros/as, a relação com suas crenças e valores morais.

Percebemos, em relação aos/as professores/as sujeitos da pesquisa, que há uma carência de conhecimento e formação sobre a temática. Identificamos que eles/elas sentem dificuldades sobre como proceder diante de uma situação conflituosa envolvendo o gênero e a sexualidade. Alguns/mas mostraram que compreendem a importância de abordar a temática no currículo escolar, contudo, não sabem a quem e como recorrer.

Concluimos que a escola e seu currículo não somente expressam as distinções de gênero e sexualidade, como também as instituem, na medida em que gestos, condutas, palavras e símbolos produzidos nesse ambiente são aprendidos. Portanto, parece-nos que a formação de professores/as, seja inicial ou continuada, necessita voltar-se para essas questões que continuam discriminando e reforçando preconceitos, sejam eles de gênero, de cor, religião ou etnia. O combate à discriminação, ao preconceito, à injustiça e à homofobia deve acontecer desde a escola básica até o ensino superior, bem como necessita ser contemplado na formação continuada de professores.

Referências

ANADON, Marta. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais.**

Salvador: Editora UNEB, 2001

BEZERRA, Jolene Rocha; SILVA, Márcia Veloso; PEREIRA, Maria Zuleide; CRUZ, Terezinha de Jesus. Currículo e as relações de gênero: o olhar de pedagogas de uma escola pública da Paraíba. **Espaço do Currículo**, João Pessoa/PB, v.4, n.1, PP.66-77, março a setembro de 2011.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8ª edição; Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara. Brasília 2013.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2010.

COSTA, Marisa Vorraber. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COUTO, Maria Aparecida Souza. **Violências e gênero no cotidiano escolar**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DUSCHATZKY, Silvia e SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp.119-138.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto-Portugal: Porto Editora, LDA, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

SANTOS, Robson Anselmo. Democracia, direitos humanos e desenvolvimento. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO, 29 a 31, 2012, Aracaju. **Anais...** Aracaju: IB, 2014.

SOUZA, Leonardo Lemos de. ROCHA, Simone Albuquerque da. **Formação de educadores: gênero e diversidade**. UFMT, Cuiabá, MT, 2012.

TEXEIRA, Cíntia Maria. **Gênero e diversidade: formação de educadores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 105-118.

Recebido em 30/07/2016 – Aprovado em 15/09/2016.